



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2022

I – INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 25º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira da **Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (a entidade)**, reportado ao período findo em 30 de junho de 2022, incluída no Balanço (que evidencia um total de ativo de 14.386.826€ e um total de capital próprio de 3.596.913€, incluindo um resultado líquido negativo de 487.249€), na Demonstração dos resultados e outras informações solicitadas à entidade.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos. De salientar que os valores de junho de 2022 são comparáveis com os de junho de 2021, embora em ambos os períodos não tenham sido efetuados alguns lançamentos e ajustamentos, nomeadamente relativos ao corte de operações e acréscimos e diferimentos.

II- RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com o SNC – NCRF'S;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea h) do n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local baseada no trabalho efetuado.

III - ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA

NOTA: A sistematização da informação económica abaixo apresentada foi obtida a partir do balancete analítico reportado a 30/06/2022, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o SNC, designadamente quanto ao princípio da especialização dos exercícios e falta de ajustamentos.

ANÁLISE BALANÇO A 30/06/2022



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

RUBRICAS	PERÍODOS		VARIACÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	13 233 326	12 733 829	499 497	3,92%
Ativos intangíveis	26 106	16 336	9 770	59,80%
Investimentos Financeiros	14 013	15 410	(1 397)	-9,06%
	13 273 445	12 765 575	507 870	3,98%
Ativo Corrente				
Inventários	190 534	210 294	(19 761)	-9,40%
Clientes	85 917	56 732	29 185	51,44%
Estado e outros entes públicos	5 469	3 577	1 893	52,92%
Outros créditos a receber	815 140	1 569 906	(754 766)	-48,08%
Diferimentos	4	5 271	(5 267)	-99,92%
Caixa e depósitos bancários	16 317	31 404	(15 087)	-48,04%
	1 113 381	1 877 184	(763 803)	-40,69%
Total do ativo	14 386 826	14 642 759	(255 933)	-1,75%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	4 559 379	4 559 379	0	0,00%
Reservas Legais	28 602	28 602	0	0,00%
Outras Reservas	4 248	4 248	0	0,00%
Resultados transitados	(1 464 531)	(1 460 814)	(3 717)	0,25%
Outras variações de capital próprio	956 463	961 479	(5 016)	-0,52%
Resultado líquido do período	(487 249)	(3 717)	(483 532)	15008,55%
Total do Capital Próprio	3 596 913	4 089 178	(492 265)	-12,04%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8 643 741	8 643 741	0	0,00%
Outras dívidas a pagar	277 683	279 139	(1 456)	-0,52%
	8 921 423	8 922 880	(1 456)	-0,02%
Passivo corrente				
Fornecedores	117 990	58 464	59 526	101,82%
Estado e outros entes públicos	225 556	113 273	112 283	99,13%
Financiamentos obtidos	759 721	1 013 639	(253 918)	-25,05%
Outras dívidas a pagar	709 814	351 722	358 092	101,81%
Diferimentos	55 409	93 604	(38 195)	-40,80%
	1 868 490	1 630 702	237 788	14,58%
Total do passivo	10 789 913	10 553 582	236 332	2,24%
Total do Capital Próprio e do passivo	14 386 826	14 642 759	(255 933)	-1,75%

+ 351 92 66 83 777 margandacarragoso.roc@gmail.com

Rua do Regio Travesse n.º 6 3505-026 Munda, Viseu

230 696 333



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

5. Verifica-se que o total do ativo líquido diminuiu 255.933€ face a 31/12/2021 (uma diminuição percentual de -1,75%). A principal diminuição do ativo é relativa à rubrica créditos a receber que registou uma diminuição de -754.766€ face a 31/12/2021.
6. Em termos de capitais próprios verifica-se uma diminuição de 492.265€ face a 31/12/2021 (uma diminuição percentual de -12,04%) devido sobretudo a falta de ajustamentos no período semestral, nomeadamente a não consideração da comparticipação do Município de S. Pedro do Sul para cobrir os prejuízos que a entidade possa vir a incorrer no ano de 2022.
7. Em termos de total do passivo verifica-se um aumento de 236.332€ face a 31/12/2021 (um aumento percentual de 2,24%). A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta o principal aumento face ao ano anterior, no montante de 358.092€.
8. Evolução do Ativo:

RUBRICAS	PERÍODOS		VARIACÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	13 233 326	12 733 829	499 497	3,92%
Ativos intangíveis	26 106	16 336	9 770	59,80%
Investimentos financeiros	14 013	15 410	(1 397)	-9,06%
	13 273 445	12 765 575	507 870	3,98%
Ativo Corrente				
Inventários	190 534	210 294	(19 761)	-9,40%
Clientes	85 917	56 732	29 185	51,44%
Estrado e outros entes públicos	5 469	3 577	1 893	52,92%
Outros créditos a receber	815 140	1 569 906	(754 766)	-48,08%
Diferimentos	4	5 271	(5 267)	-99,92%
Caixa e depósitos bancários	16 317	31 404	(15 087)	-48,04%
	1 113 381	1 877 184	(763 803)	-40,69%
Total do ativo	14 386 826	14 642 759	(255 933)	-1,75%

9. A rubrica de ativos fixos tangíveis apresenta um aumento de 499.497€ face a 31/12/2021, detalhado da seguinte forma:



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Variação	% Variação
Terr. e recursos naturais	3 998 181	3 959 861	38 320	0,97%
Edifícios e outras construções	12 126 494	11 912 211	214 283	1,80%
Equipamento básico	3 351 740	3 341 396	10 344	0,31%
Equipamento administrativo	209 279	202 460	6 818	3,37%
Outros activos fixos tangíveis	360 713	360 713	0	0,00%
Depreciações acumuladas	-7 709 279	-7 522 203	-187 076	2,49%
Ativos fixos tangíveis em curso	896 199	479 392	416 808	86,95%
Total	13 233 326	12 733 829	499 497	3,92%

10. Registaram-se aumentos de ativos fixos tangíveis no total de 686.573€ relativos a:

- Compra de loja anexa ao edifício do Balneário Termal Rainha D. Amélia ao Município de S. Pedro do Sul pelo montante de 252.603€, com a finalidade de construção de um Museu pela entidade;
- Aumentos de equipamentos básicos e administrativos nos montantes de 10.344€ e 6.818€, respetivamente;
- Aumentos dos investimentos em curso no montante de 416.808€, sobretudo relacionados com a empreitada financiada pelo FAI no âmbito do projeto da geotermia;

11. A diminuição ocorrida na rubrica de ativos fixos tangíveis foi de 187.076€ relativa às depreciações do período de 2022 em análise.

12. Em relação ao ativo corrente destaca-se a variação da rubrica de outros créditos a receber que registou uma diminuição de 754.766€. Esta rubrica registava a 31/12/2021 o montante de 1.569.906€ dos quais 680.858€ eram relativos ao acréscimo de rendimentos para a cobertura de prejuízos de 2021 pelo Município de S. Pedro do Sul. Em 2022 esta verba foi saldada pela transferência bancária de 428.255€ e através de encontro de contas com a venda de parte do edifício Rainha D. Amélia (ver ponto 10 acima) no montante de 252.603€.

13. Do montante registado a 30/06/2022 na rubrica de outros créditos a receber no total de 815.140€ os montantes de 670.410€ e 102.080€ dizem respeito a verbas de fundos comunitários a obter no âmbito dos projetos de Energia Geotérmica e Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, respetivamente.



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

14. Evolução dos Capitais Próprios:

RUBRICAS	PERÍODOS		VARIACÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	4 559 379	4 559 379	0	0,00%
Reservas Legais	28 602	28 602	0	0,00%
Outras Reservas	4 248	4 248	0	0,00%
Resultados transitados	(1 464 531)	(1 460 814)	(3 717)	0,25%
Outras variações de capital próprio	956 463	961 479	(5 016)	-0,52%
Resultado líquido do período	(487 249)	(3 717)	(483 532)	13008,55%
Total do Capital Próprio	3 596 913	4 089 178	(492 265)	-12,04%

15. A variação é explicada pelos seguintes movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

- Transferência do RLE de 2021 no montante de 3.717€ para a rubrica de resultados transitados;
- Imputação a rendimentos da quota parte dos primeiros seis meses de 2022 dos subsídios Nestpolis e Termalismo + Inclusivo no montante de 5.016€;
- Apuramento de um resultado líquido semestral no montante de 487.249€ negativo (determinado sem ajustamentos de final de exercício e para efeitos deste relatório);

16. Evolução do Passivo:

RUBRICAS	PERÍODOS		VARIACÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8 643 741	8 643 741	0	0,00%
Outras dívidas a pagar	277 683	279 139	(1 456)	-0,52%
	8 921 423	8 922 880	(1 456)	-0,02%
Passivo corrente				
Fornecedores	117 990	58 464	59 526	101,82%
Estado e outros entes públicos	225 556	113 273	112 283	99,13%
Financiamentos obtidos	759 721	1 013 639	(253 918)	-25,05%
Outras dívidas a pagar	709 814	351 722	358 092	101,81%
Diferimentos	55 409	93 604	(38 195)	-40,80%
	1 868 490	1 630 702	237 788	14,58%
Total do passivo	10 789 913	10 553 582	236 332	2,24%
Total do Capital Próprio e do passivo	14 386 826	14 642 759	(255 933)	-1,75%

+ 351 92 66 83 777 margaridacarragoso.rev@gmail.com

Rua do Regio Flutuante n.º 3505-626 Muralto, Viana

230 696 333



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

17. As principais variações estão relacionadas com o passivo corrente e foram as seguintes:

- Aumento da rubrica de fornecedores no montante de 59.526€;
- Aumento da rubrica de estado e outros entes públicos no montante de 112.283€; aumento do valor do iva a pagar face a dezembro de 2021 no montante de 52.702€ (relacionado com o aumento da faturação de maio e junho 2022 face a novembro e dezembro de 2021), aumento das retenções de IRS e encargos com a Segurança Social, nos montantes de 4.531€ e 39.587, respetivamente (uma vez que em junho se processou o subsidio de férias o que origina a duplicação destes valores neste mês) e aumento das outras tributações no montante de 15.692€ (relacionadas com o acumular de dívida relativa aos duodécimos do SNS).
- Diminuição dos financiamentos obtidos em 253.918€. Foram amortizados empréstimos no primeiro semestre no montante de 401.027€ e aumentaram as utilizações dos empréstimos de tesouraria no montante de 147.109€. A Entidade mantém os mesmos financiamentos de 2021.
- Aumento de 358.902€ das outras dividas a pagar devido sobretudo ao aumento da dívida aos fornecedores de investimento no montante de 358.730€. Este aumento está relacionado com a dívida ao fornecedor da empreitada relacionada com o projeto cofinanciado da Geotermia.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 30/06/2022

18. Evolução das rubricas de rendimentos e gastos face a 30/06/2021:



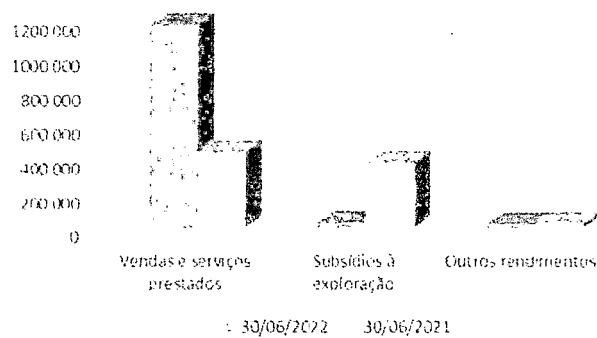
Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		VARIACÃO	
	30/06/2022	30/06/2021	Montante	%
Vendas e serviços prestados	1 175 416	444 468	730 948	164,45%
Subsídios à exploração	33 374	388 231	(354 857)	-91,40%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(65 630)	(28 483)	(37 147)	130,42%
Fornecimentos e serviços externos	(436 251)	(351 742)	(84 510)	24,03%
Gastos com o pessoal	(933 587)	(710 001)	(223 586)	31,49%
Outros rendimentos	24 026	30 704	(6 678)	-21,75%
Outros gastos	(16 819)	(24 177)	7 359	-30,44%
antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	(219 470)	(251 000)	31 530	-12,56%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(190 742)	(253 047)	62 305	-24,62%
operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(410 212)	(504 047)	93 835	-18,62%
Juros e gastos similares suportados	(77 037)	(76 855)	(182)	0,24%
Resultado antes de impostos	(487 249)	(580 902)	93 653	-16,12%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	(487 249)	(580 902)	93 653	-16,12%

19. Em termos de totais de rendimentos evoluiu-se de 863.403€ em 30/06/2021 para 1.232.817€ em 30/06/2022:

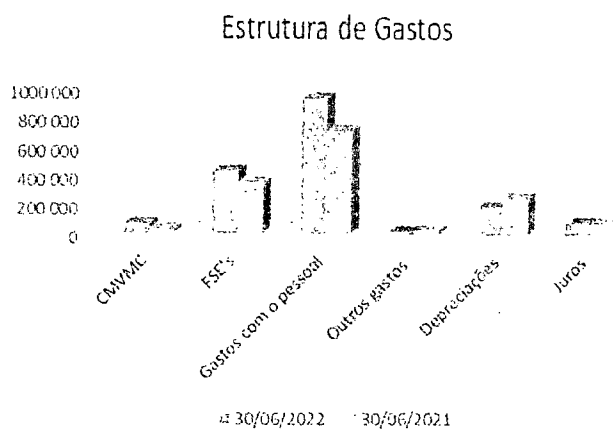
Estrutura de Rendimentos





Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

20. Em termos totais de gastos evoluiu-se de 1.444.305€ em 30/06/2021 para 1.720.066€ em 30/06/2022:



21. Detalhe da variação das vendas e serviços prestados:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021	Variação	% Variação
Vendas	74 597	17 140	57 457	335%
Prestação de Serviços	1 100 820	427 328	673 492	158%
Total	1 175 416	444 468	730 949	164%

22. O volume de negócios da entidade cresceu 730.949€ nos primeiros seis meses de 2022 face ao período homólogo de 2021. Este crescimento justifica-se pelo terminar de restrições relativas à Pandemia em 2022. De salientar que em 2021 a atividade termal esteve encerrada de 15 de janeiro a 30 de abril em consequência do estado de emergência, decretado devido à pandemia da Covid-19.

23. De ressaltar que apesar do crescimento em 2022 a entidade ainda não retomou os valores de volume de negócios pré-pandemia, sendo que em junho/19 apresentava um volume de negócios de 1.605.039€ o que comparado com o primeiro semestre de 2022 reflete uma quebra em 2022 de cerca de 430.000€ o que representa menos aproximadamente 27% do volume de negócios.

24. No quadro seguinte apresenta-se a comparação dos valores das prestações de serviços por cada segmento de negócio da entidade:



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Descrição	30/06/2022	30/06/2021	Variação	% Variação
Balneoterapia	724 602	291 946	432 656	148%
Balneario D. Afonso Henriques	698 070	291 846	406 224	139%
Balneario Rainha D. Amélia	26 532	100	26 432	26432%
Fisioterapia	120 191	52 308	67 883	130%
Bem Estar Termal	130 914	32 676	98 238	301%
Balneario D. Afonso Henriques	6 889	1 450	5 439	375%
Balneario Rainha D. Amélia	124 025	31 226	92 799	297%
Consultas	124 858	50 308	74 550	148%
Consultas de Hidrologia Médica	110 698	42 748	67 950	159%
Consultas de Medicina Física e Reabilitação	14 160	7 560	6 600	87%
Outros	256	91	165	181%
Total	1 100 820	427 329	673 491	158%

25. De uma forma generalizada todas as prestações de serviços aumentaram em 2022, com impacto mais significativo nos serviços de balneoterapia. De salientar também que a atividade termal apresenta sazonalidade, sendo os meses de mais atividade normalmente agosto, setembro e outubro.
26. A rubrica de subsídios à exploração diminuiu cerca de 354.857€ devido sobretudo a não se terem verificado em 2022 os subsídios relativos ao Lay-off (108.729€ registados a junho/21) e ao programa APOIAR (265.125€ registados a junho/21).
27. Os fornecimentos e serviços externos apresentam um crescimento de 84.510€ face ao período homologado de 2021. Apresentamos as principais variações:



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Descrição	30/06/2022	Peso	30/06/2021	Variação	% Variação
Trabalhos especializados	128 118	29,37%	65 011	63 107	97,07%
Publicidade e propaganda	65 795	15,08%	46 657	19 138	41,02%
Honorários	17 396	3,99%	10 872	6 524	60,01%
Conservação e reparação	15 155	3,47%	9 033	6 122	67,77%
Serviços Bancários	3 823	0,88%	1 980	1 843	93,11%
Outros	10 255	2,35%	2 733	7 523	275,31%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 896	2,04%	7 569	1 327	17,54%
Livros e documentação técnica	64	0,01%	386	-322	-83,41%
Material de escritório	2 714	0,62%	1 635	1 079	66,02%
Material para Tratamentos	711	0,16%	181	531	294,16%
Material para Conservação e Reparação	20 770	4,76%	12 679	8 091	63,82%
Material para Bem Estar	3 057	0,70%	729	2 327	319,23%
Outros	786	0,18%	2 054	-1 268	-61,73%
Electricidade	41 086	9,42%	48 938	-7 851	-16,04%
Combustíveis	19 207	4,40%	9 577	9 631	100,56%
Deslocações e estadas	959	0,22%	1 287	-328	-25,48%
Rendas e alugueres	67 205	15,41%	92 776	-25 571	-27,56%
Comunicação	2 804	0,64%	2 828	-24	-0,86%
Seguros	15 244	3,49%	14 956	288	1,92%
Contencioso e notariado	385	0,09%	529	-144	-27,26%
Despesas de representação	5 872	1,35%	6 126	-254	-4,14%
Limpeza, higiene e conforto	2 197	0,50%	5 892	-3 695	-62,71%
Outros serviços	3 750	0,86%	7 316	-3 566	-48,74%
Total	436 251	100,00%	351 742	84 510	24,03%

28. As rubricas com maior peso no total dos fornecimentos e serviços externos de junho/22 são os trabalhos especializados (representam 29,37% do total), rendas e alugueres (representam 15,41% do total) e a publicidade e propaganda (representam 15,08% do total).

29. As variações mais significativas em fornecimentos e serviços externos foram as seguintes:

- Trabalhos especializados: Aumento de 63.107€ (+97,07% face ao ano anterior) sobretudo relacionado com o aumento dos gastos/honorários com as consultas médicas em linha com o aumento da faturação das consultas e da balneoterapia; Até junho de 2021 foram realizadas 1.220 consultas enquanto no mesmo período de 2022 foram realizadas 3.185 consultas.
- Publicidade e propaganda: Aumento de 19.138€ (+41,02% face ao ano anterior) justificado sobretudo pela subcontratação de serviços para a remodelação da marca da empresa (iniciou no segundo semestre de 2021 e continuou em 2022).



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

- Rendas e Alugueres: Diminuição de 25.571€ (-27,56% face ao ano anterior) justificado sobretudo porque em 2021 existiu a participação na FII, que não ocorreu em 2022.

30. Os gastos com pessoal apresentam um crescimento de 223.586€ face ao período homólogo de 2021.

Apresentamos as principais variações:

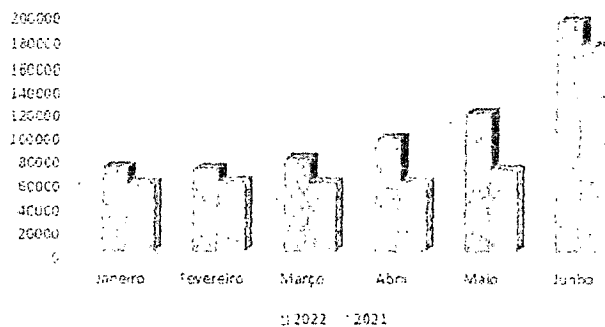
Descrição	30/06/2022	30/06/2021	Variação	% Variação
Administração	22 007	22 007	0	0,00%
Pessoal da Câmara	30 445	34 243	-3 799	-11,09%
Pessoal Contratado	195 609	74 560	121 049	162,35%
Pessoal Quadro da Empresa	478 078	435 251	42 826	9,84%
Remunerações do pessoal - Estágios	15 375	6 107	9 268	151,75%
Enc. s/rem.-Orgãos Sociais	5 104	5 104	0	0,00%
Enc. s/rem.-pessoal	152 809	109 770	43 039	39,21%
Enc. s/rem.- FGCI	201	122	79	64,75%
Seg.ac.trb - pessoal	4 552	3 976	575	14,46%
Vestuário e Artigos Pessoais	98	680	-582	-85,58%
Formação	12 400	2 700	9 700	359,26%
HIGIENE, SEGURANÇA, MED. NO TRABALHO	1 602	1 375	227	16,48%
Reembolso das despesas c/ cuidados de saúde	664	0	664	100,00%
Outros	14 644	14 104	540	3,83%
Total	933 587	710 001	223 586	31,49%

31. Os maiores aumentos estão relacionados com o pessoal contratado e com os respetivos encargos sobre remunerações sobretudo devido ao aumento de funcionários em linha com o aumento de atividade de 2022 e pelo aumento do valor do salário mínimo em 2022.
32. Em junho de 2021 a entidade tinha ao seu serviço 167 funcionários e em junho de 2022 a entidade tinha ao seu serviço 184 funcionários.
33. Apresentamos a evolução mensal do pagamento aos funcionários:



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Pagamentos ao Pessoal



RÁCIOS ECONOMICO-FINANCEIROS

34. Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução da Entidade:

RÁCIO/ÍNDICE	FÓRMULA	31/12/2021	30/06/2022
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	115,12%	59,59%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$	102,22%	49,39%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Depósitos em Instituições Financeiras} + \text{Caixa})}{\text{Passivo Corrente}}$	1,93%	0,87%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	72,07%	75,00%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo}}$	27,93%	25,00%
Peso dos Gastos com Pessoal no Volume de Negócios	$\frac{\text{Gastos Com Pessoal}}{\text{Volume de negócios}}$	76,57%	79,43%
Prazo Médio de Recebimentos	$\frac{\text{Clientes}}{\text{Volume de negócios}}$	8	26
Prazo Médio de Pagamentos	$\frac{\text{Fornecedores}}{\text{CMVC} + \text{FSE's}}$	19	85



Margarida Carragoso
Revisor Oficial de Contas n.º 1822

35. Da análise efetuada em termos de liquidez geral e liquidez reduzida verifica-se que estes rácios apresentam uma variação negativa, passando de respetivamente de 115,12% e 102,22% em 31/12/2021 para 59,59% e 49,39% em 30/06/2022. Esta variação deve-se essencialmente à diminuição do ativo corrente e aumento do passivo corrente. De salientar que os rácios de liquidez inferior apresentarem valores inferiores a 1 refletem uma situação de tesouraria deficitária em que os ativos correntes são inferiores aos passivos correntes.
36. Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que aumentou de 25% em 31/12/2021 para cerca de 28% em 30/06/2022 o que reflete o aumento da dependência de capitais alheios.
37. Em termos de peso dos custos com pessoal no total do volume de negócios, representa a 30/06/2022 cerca de 79% do total do volume de negócios.
38. Os prazos médios de recebimento e pagamento deterioraram-se em 2022.

IV – ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

39. Em 02/12/2021 a entidade apresentou o Plano de Atividades para 2022, efetuando demonstrações previsionais para 2022 extrapolando valores de novembro de 2021. Em termos de rendimentos e gastos a previsão apresentada foi a seguinte:



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822


31.dezembro.2022	Unidade Monetária: Cêntimo de Euro	
	PERÍODOS	
	2021	PAO-2022
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e Serviços Prestados	2 533 606,70	3 750 435,56
Subsídios à Exploração	406 662,26	16 997,33
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	(115 379,54)	(204 470,77)
Fornecimentos e Serviços Externos	(965 785,38)	(1 202 595,46)
Gastos com o Pessoal	(1 954 125,84)	(2 213 030,84)
Outros Rendimentos	819 766,40	500 667,66
Outros Gastos	(61 270,20)	(65 599,73)
Resultados antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos	663 474,40	582 403,75
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(507 896,32)	(428 161,81)
Resultado Operacional (Antes Gastos Financiamento e Impostos)	155 578,08	154 241,94
Juros e Gastos Similares Suportados	(155 578,08)	(154 241,94)
Resultado Antes de Impostos	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento do Período	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (*)	0,00	0,00

(in "Plano de Atividades 2022 – Termalitur)

40. Verifica-se que se projetava um aumento da atividade para 2022. O resultado líquido em ambos os períodos é nulo, em consequência da introdução em ambos os períodos da compensação de prejuízos a efetuar pelo Município de S. Pedro do Sul. Em 2022 o valor estimado para esta cobertura foi de 228.971€.

41. Os valores executados no semestre resumem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	30 de Junho de 2022				GRAU DE EXEC.		PISO %
	Previsão	Execução a Junho	Execução	Desvio	SEMESTRAL	ANUAL	
					%	%	
Vendas e serviços prestados	3 750 436	1 244 576	1 175 416	-69 159	94,44%	31,34%	95,34%
Subsídios à exploração	16 997	14 259	33 374	19 115	234,06%	196,35%	2,71%
Outros rendimentos	500 668	47 667	24 026	-23 641	50,40%	4,80%	1,95%
Total Dos Rendimentos	4 268 101	1 306 502	1 232 817	-73 685	94,36%	28,88%	100,00%
CMIVMC	204 471	86 147	65 630	-20 517	76,18%	32,10%	5,82%
FSEs	1 202 595	527 174	436 251	-90 922	82,75%	36,28%	25,36%
Gastos com o pessoal	2 213 031	952 682	933 587	-19 095	98,00%	42,19%	54,28%
Outros gastos	65 600	22 455	16 819	-5 637	74,90%	25,64%	0,98%
Depreciações	-428 162	202 238	190 742	-11 496	94,32%	44,55%	11,09%
Juros	154 242	76 854	77 037	183	100,24%	49,95%	4,48%
Total Gastos	4 268 101	1 867 550	1 720 066	-147 484	92,10%	40,30%	100,00%
Resultado	0	-561 048	-487 249	73 800			

+ 351 92 60 83 777  margarid.carragoso.roc@gmail.com
 Rua do Rego Travessa n.º 3505-626 Mundial, Viseu
 230 690 333



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

42. De salientar que a previsão a junho de 2022 apresenta-se por mês e tem em consideração o efeito da sazonalidade da atividade.
43. Em termos de execução de receitas no primeiro semestre de 2022 a entidade apresenta uma execução de 94,36% dos valores previstos para junho/2022. O desvio apresentado no total de -73.685€ resulta essencialmente da execução das vendas e serviços prestados estar ligeiramente abaixo do orçamentado (-69.159€). Esta rubrica representa 95,34% do total dos rendimentos do primeiro semestre.
44. Em termos de execução de despesas no primeiro semestre de 2022 a entidade apresenta uma execução de 92,10% dos valores previstos para junho/2022. O desvio apresentado no total de -147.484€ resulta essencialmente da execução da rubrica de FSE's (-90.922€ de gastos face ao previsto). A rubrica com maior peso no total dos gastos são os gastos com pessoal que representam 54,28% do total dos gastos do primeiro semestre.

V – PASSIVOS CONTINGENTES

45. A entidade tem vindo a divulgar o seguinte passivo contingente no relatório e contas:

“Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIV.A, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucede que, de acordo com a informação nº2141, do SIV.A, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIV.A, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela botelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIV/A, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentaram Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto "IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais". Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalístur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalístur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

"julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, consequentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia inderida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC {cf. Artº 527 do CPC aplicável a virL. 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 ao RCP};

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% {cf. arL 527 do CPC aplicável ar v/ arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considerou a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considerou possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade




Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedem à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

Atualmente a entidade encontra-se a aguardar decisão da sentença recorrida. Estes factos serão considerados futuramente e não são totalmente controlados pela Entidade.

Viseu, 29 de agosto de 2022


Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 2017010